

## ESPAÇO URBANO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O ESPAÇO URBANO CAPITALISTA E O CASO DE MARÍLIA/SP.

*DAMLÃO, Abraão Pustrelo<sup>1</sup>*

**Resumo:** Nossa meta é definir e compreender o conceito de espaço urbano e as relações engendradas pela cidade capitalista. Num nível mais profundo, os efeitos da urbanização e da formação do espaço urbano sobre as ações, interações e relações sociais dos indivíduos que vivem nas cidades, tendo a cidade de Marília/SP como objeto empírico de análise. Deste modo, objetivamos analisar a constituição do espaço urbano, avaliando alguns aspectos da conjuntura sociocultural e econômica da atualidade, para, em um segundo momento, avaliar o comportamento e as relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros e nas relações entre os sujeitos e o espaço vivido.

**Palavras-Chave:** Espaço Urbano, Produção do Espaço, Segregação, Sociabilidade, Marília/SP.

**Abstract:** Our goal is to define and understand the concept of urban space and the relationships engendered by the capitalist city. On a deeper level, the effects of urbanization and the formation of urban space on the actions, interactions and social relationships of individuals living in cities, with the city of Marília / SP as the empirical object of analysis. Thus, we aimed to investigate the constitution of urban space, analyzing certain aspects of socio-cultural and economic conditions of today, and assess the behavior and relationships that individuals have with each other and the relationships between individuals and their lived spaces.

**Keywords:** Urban Space, Production Space, Segregation, Sociability, Marília / SP.

### Introdução

Este trabalho é um resultado parcial das reflexões teóricas, leituras e pesquisas empíricas realizadas ao longo do mestrado e do doutorado em ciências sociais.

Inicialmente, definimos a metodologia a ser utilizada: a literatura comparada e a análise bibliográfica, bem como os seus prováveis limites e possibilidades para a análise empírica dos resultados obtidos das pesquisas realizadas na cidade de Marília/SP.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP. Contato: [abraod@ifsp.edu.br](mailto:abraod@ifsp.edu.br)

Nossa meta foi definir e compreender, primeiramente, o conceito de espaço urbano e as relações engendradas pela cidade capitalista. Assim, apreendemos o urbano e suas configurações a partir da ideia de luta de classes e conflito de interesses, onde grupos e agentes estão num permanente “jogo” de agitações e inquietudes por uma participação e um reconhecimento dentro deste espaço.

Num nível mais profundo, analisamos os efeitos da urbanização e da formação do espaço urbano sobre as ações, interações e relações sociais dos indivíduos que vivem nas cidades capitalistas. Para tanto, tomamos a cidade de Marília/SP como objeto empírico de investigação.

Nosso *objetivo geral* foi, portanto, observar e analisar a constituição do espaço urbano, avaliando alguns aspectos da conjuntura sociocultural e econômica da atualidade, para, em um segundo momento, avaliar o comportamento e as relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros nas sociabilidades cotidianas e nas relações entre os sujeitos e o espaço vivido.

Nossas posições foram sustentadas por diversos autores que apontam a tendência das cidades contemporâneas de se configurarem a partir de um espaço urbano fragmentado e por relações sociais frágeis, e os resultados das pesquisas em Marília/SP corroboram estas afirmações.

## **Construindo o conceito de espaço urbano sob a lógica capitalista**

O empenho em estudar e debater a temática urbana vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, sobretudo porque os indivíduos vivem cada vez mais nestes espaços do que nos rurais. No Brasil a população urbana representa 84,36% do total de habitantes de nosso país e a tendência é que este número aumente na próxima década<sup>2</sup>. Assim, na atualidade, o espaço urbano se tornou o lugar, por excelência, da consolidação e expansão do modo de produção capitalista, pois demonstra uma clara convergência do lugar em que os investimentos de capital são maiores, “seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade” (CORRÊA, 1989, p.6). Ao mesmo tempo, a

---

2 Para ver este e outros dados acessar o relatório completo do censo do IBGE de 2010, disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares/default\\_resultados\\_preliminares.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm). Visualizado em 12/10/2014.

cidade se torna o principal lugar dos conflitos sociais contemporâneos.

Neste sentido, só podemos entender a atualidade do espaço urbano capitalista se compreendermos a lógica intrínseca que engendra sua formação, consolidação e desenvolvimento.

O espaço urbano caracteriza-se, antes de qualquer coisa, pela apreensão que os sujeitos fazem dos diferentes usos da terra sobrepostos entre si. Tais usos assinalam as áreas da cidade a partir de suas funções: comercial, residencial, de serviços, de entretenimento, etc., e aquelas reservadas para a futura expansão da cidade e do capital. “Este conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado” (CORRÊA, 1989, p.7). Contudo, o espaço urbano é concomitantemente fragmentado e inter-relacionado, ou seja: cada uma de suas áreas estabelece relações com as outras, mesmo que de maneira muito variável. Assim, a cidade dividida em áreas funcionais tem que ser também articulada.

Engels (1979) já no século XIX, em relação à condição da classe trabalhadora inglesa, nos apresenta empiricamente como essas relações se manifestam por meio dos discursos e das práticas políticas que sistematicamente marcam a configuração de espaços segregados e articulados em cidades capitalistas. Estas relações expressam-se e representam a divisão social do trabalho e as diferenças de classe, pois na raiz da formação urbana capitalista está a conseqüente retirada – ou impedimento de acesso – dos trabalhadores aos fatores de produção básicos (terra e capital), impedindo-os de garantir sua subsistência a não ser pela venda de sua força de trabalho: “o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos” (KOWARICK, 1979, p.55). É precisamente esta gênese – radicalizada pelo industrialismo – que leva a articulação e a fragmentação das cidades.

De modo mais concreto a articulação manifesta-se:

através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos amigos e parentes, e às idas ao cinema, culto religioso, praia, parques, praças, sic(CORRÊA, 1989, p.7).

Entretanto, e de modo mais efetivo, a articulação, no capitalismo, também “manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e

investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, (...) a prática do poder e da ideologia” (CORRÊA, 1989, p.8).

Por outro lado, a fragmentação se expressa pela própria matriz da sociedade de classes e seus processos: na qual alguns grupos – como os donos dos meios de produção, os grandes latifundiários urbanos e os promotores imobiliários – são mais beneficiados pelos investimentos em infraestrutura e serviços, bem como na rentabilidade de seus investimentos (como a valorização de seu bairro ou imóvel), e certos grupos sociais (massa de trabalhadores e não proprietários) são prejudicados ou até mesmo impossibilitados de ter acesso a essa mesma infraestrutura e serviços. Esta lógica engendra a fragmentação material das cidades capitalistas, onde há bairros de luxo e favelas, mansões e cortiços, transporte público precário e transporte privado majestoso, parques e lixões, água tratada para uns e esgoto a céu aberto para outros.

A cidade capitalista é reflexo da sociedade capitalista, o que significa que ela é em sua essência desigual. E “o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia” (CORRÊA, 1989, p.12).

O espaço urbano também é condicionante da sociedade. “O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção” (Idem).

Corroborando Corrêa (1989), Saes (1998, p.26-7) afirma que:

Tais condições são as da grande indústria moderna, onde o processo de trabalho apresenta, em razão da presença da máquina, um caráter altamente socializado. Essa coletivização do processo de trabalho transforma o produtor direto: de trabalhador independente (artesanato, conservação do caráter artesanal do trabalho na manufatura), este passa à dupla condição de trabalhador simultaneamente dependente e independente (...) Vê-se, por aí, a eficácia concreta da ilusão consistente em tratar a força de trabalho como mercadoria: é ela que faz com que o produtor direto e o proprietário dos meios de produção renovem, permanentemente, ao nível do processo de produção, a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário.

Não podemos esquecer, ainda, sem perder de vista o materialismo histórico-dialético, que o espaço urbano é fruto tanto das ações presentes quanto das experiências e práticas acumuladas ao longo da história. E a cidade é o lugar por excelência onde as diferentes classes sociais convivem e se reproduzem.

Assim, na perspectiva marxista podemos dizer que: o espaço urbano é fragmentado e

inter-relacionado, representação e condicionante do social, um conjugado de símbolos e campo de lutas. É a própria expressão da sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais visível, concretizada nas formas espaciais.

## **A produção do espaço urbano: agentes e relações**

Na lógica capitalista, o espaço urbano se torna, em essência, um lugar de produção. Ele se torna uma mercadoria, onde cada área é vista como investimento, como estratégia de valorização ou desvalorização do capital. Neste sentido, (LOGAN; MOLOTCH, 1987, p.50),

(...) believe that the question of who governs or rules has to be asked in conjunction with the equally question for what? (...) For those who count, the city is a growth machine, one that can increase aggregate rents and trap related wealth for those in right position to benefit<sup>3</sup>.

Ou seja, o espaço urbano é resultado de ações engendradas por sujeitos que consomem e produzem o espaço urbano.

São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1989, p.11).

Como nos aponta Villaça (1999), Logan e Molotch (1987), Caldeira (2000), entre outros, há uma intrincada e complexa rede de ações destes agentes urbanos que inviabiliza uma análise estática das cidades capitalistas. Pois elas estão em constante reorganização espacial, em um movimento de mudança que se apresenta através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, um intenso sobreuso do solo – verticalização das edificações – degradação de algumas áreas, renovação de outras, deslocamento da infraestrutura e alocação de recursos para obras de mobilidade, saneamento básico, serviços, etc., sem contar o fluxo de capital e pessoas que permeia o tecido urbano das cidades capitalistas.

---

3 “Acreditamos que quem governa ou rege tem que ser perguntado igualmente sobre a equivalente questão para quem? Para aqueles que importam a cidade é uma máquina do crescimento que pode aumentar rendas agregadas e uma armadilha para aqueles em posição correta para se beneficiar” (Tradução do autor).

Para Corrêa (1989), os principais agentes urbanos são: *a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos.*

Contudo, como Saes (1998) e Lojkin (1997) demonstram, o agente mais importante em termos decisórios é o Estado, uma vez que ele é o responsável pelo marco jurídico que regula a atuação destes agentes. E

Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. Em segundo lugar (...) ainda que possa haver diferenciações nas estratégias dos três primeiros agentes (...) há denominadores comuns que os unem: *um deles é a apropriação de uma renda da terra.* Por outro lado, a ação destes agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado. (...) No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano (CORRÊA, 1989, p.12-3).

Assim, antes de tudo, para compreender a cidade capitalista é preciso entender o funcionamento do Estado capitalista, pois este organiza de modo único a dominação de classe e as relações de produção. Pois,

Um tipo particular de Estado – o burguês – corresponde a um tipo particular de relações de produção – capitalistas –, na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a relação de produção capitalista. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas (SAES, 1998, p.22)

Neste jogo de poderes e decisões há ganhadores e perdedores. A cidade não pertence a todos e o Estado é o responsável por manter e conservar os grupos excluídos sobre controle.

O Estado, em todas as sociedades divididas em classes, é a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por este modo a conservação da dominação de classe, ou, por outra, o conjunto das instituições que conservam a dominação de uma classe sobre outra (SAES, 1998, p.19).

Porém, se o Estado é o juiz deste “jogo” ele também pode mudar esta lógica através

de uma atuação que privilegie mais as ações voltadas para um desenvolvimento igualitário e, principalmente, que pense a cidade como um espaço público voltado para todos. Esta era a premissa no início da modernidade capitalista.

Contudo, a supremacia do capital e dos investimentos privados em detrimento do público e do coletivo vem transformando a cidade capitalista cada vez mais em um espaço de segregação e fragmentação das relações. Quando os donos dos meios de produção, os grandes latifundiários urbanos e promotores imobiliários são protagonistas ante um Estado – cada vez mais mínimo – e os grupos sociais excluídos coadjuvantes, a cidade passa a ser vista como mercadoria e tratada como um espaço de produção, onde cada ação é investimento e cada política pública uma estratégia para diminuir as tensões das classes e grupos sociais excluídos do processo de construção e acesso a cidade de fato. O espaço público torna-se uma extensão do privado e os interesses privados se sobrepõem sobre os desejos da maioria.

## **O lugar do segregado em Marília: análise de um caso empírico**

Os centros urbanos de médio e grande portes convivem com um processo de periferização da miséria, pelo empobrecimento da população e dificuldade de acesso a terra. Segundo o IBGE (2010), no Brasil, o número de favelados mais que duplicou de 1980 a 2000 (de 2,2 para mais de 5 milhões) e o número de moradores deverá atingir 55 milhões em 2020, o que seria equivalente a 25% da população do País.

As favelas não são apenas uma forma de moradia de baixo nível em que faltam serviços básicos e de direitos humanos, “elas são também um sintoma de sociedades urbanas disfuncionais, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam livremente”, diz relatório da ONU publicado em 2006<sup>4</sup>.

Pesquisamos a dinâmica das favelas em Marília. Fizemos uma análise geral dos aglomerados subnormais, para demonstrar a configuração da segregação espacial da cidade, tentando demonstrar que o aumento das moradias subnormais está diretamente ligado a um modo específico de construir o espaço urbano.

De acordo com estudo da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), em parceria

---

<sup>4</sup><http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u54155.shtml>, retirado em 30/09/2014, publicado em 16/06/2006.

com a Secretária de Assistência Social<sup>5</sup>, entre 1996 e 1999, existiam, em Marília, 18 favelas<sup>6</sup>, com o total de 4.907 pessoas, distribuídas em 1.119 famílias. Outra pesquisa do mesmo grupo constatou, ao final de 2007, a diminuição no número de favelas – calcula-se que existam na cidade 16, atualmente –, e o número de habitantes nessas áreas totalizava 4.889, distribuídos em 1.351 famílias. Ou seja, por essa fonte de informação, houve adensamento das favelas existentes: aumento no número de famílias e queda no número de pessoas por família. Na primeira pesquisa, a média de pessoas por família era de 4,38. Em 2007, essa taxa passou para 3,6 por residência.

Com base nas pesquisas da FAMEMA, apesar de os números mostrarem redução no número de favelas, há mais famílias alojadas nesses aglomerados subnormais. Em dez anos, mais de 200 famílias se mudaram para uma das favelas da cidade. Na comparação entre os indicadores, o índice representa crescimento de 20% no total de famílias vivendo em favelas na cidade.

**Tabela 1. Nome das Favelas e número de domicílios, Marília/SP.**

	Domicílios 2002/3*	Domicílios 2012**	Varição
1 Jd. America -Favela do Piolho	16	58	262,5%
2 Jd. Eldorado - Favela do Bronkis	99	91	-8,1%
3 Argolo Ferrão	164	201	22,6%
4 Parque das Vivendas	44	46	4,5%
5 Favela Universitária	28	48	71,4%
6 Vila Altaneira		44	
7 Vila Barros	324	320	-1,2%
8 Jânio Quadros		77	
9 Favela do Linhão		53	
10 Santa Antonieta II	75	59	-21,3%
11 Parque das Nações	89	54	-39,3%
12 Favela do Tóffoli	221	141	-36,2%
13 Favela Parque Azaléia		56	
14 Vila Real	24	80	233,3%
15 Parque dos Ipês		10	
16 Jd. Nacional	53	24	-54,7%
17 Homero Zaninoto	20	37	85,0%
18 Santa Paula	44	68	54,5%
19 Jd. Marajó	81	40	-50,6%
20 Higienópolis	3	Não existe	
21 Padre Nóbrega	14	Não existe	
22 Jd. Poliana	8	Não existe	
<b>TOTAL</b>	<b>1307</b>	<b>1507</b>	<b>15,3%</b>

Org. Sueli Andrucioi Félix

<sup>5</sup>Em Marília diminui número de favelas, mas aumentam as famílias faveladas. Diário de Marília, 21/09/2008.

<sup>6</sup>O estudo considera favela as áreas de propriedade privada ou pública que foram invadidas e mantêm mais de dez casas com famílias com renda de até um salário mínimo, à época no valor de R\$ 415.

Em outro estudo, realizado por membros do Projeto GUTO<sup>7</sup>, em 2002/2003 havia 17 favelas com 1.307 domicílios. No ano de 2012, a Defesa Civil do Município informou a existência de 19 favelas com 1.507 domicílios: aumento de 15,3% de domicílios em 10 anos, conforme podemos constatar na tabela abaixo.

Das 22 favelas em 2002, hoje existem apenas 19, com total de 1.507 domicílios, de acordo com a Defesa Civil. Por outro lado pela pesquisa da FAMEMA, existem somente 16 conglomerados desse tipo com um total de 1.351 domicílios. Ocorre que o IBGE classifica, por favela, apenas os aglomerados com mais de 51 domicílios que ocupam terreno de propriedade alheia (público ou particular), com distribuição física desigual e desordenada, condições precárias de habitação e de serviços públicos essenciais. Por habitações subnormais, entende as que não oferecem condições de segurança, durabilidade, tamanho e higiene.

Assim, seguindo a classificação do IBGE, das 19 favelas apresentadas na tabela, apenas 12 poderiam ser consideradas favelas de fato. Com isso, aglomerados com poucas unidades “desapareceram” do mapa, como as concentrações de barracos da Vila Betel, Polyana e Higienópolis, existentes no momento da realização da pesquisa do GUTO. Por outro lado, outras favelas surgiram nesse intervalo de tempo (2002 a 2012), como Vila Altaneira, Jânio Quadros, Favela do Linhão, Parque dos Ipês e Parque Azaleia. Assim, não foi o número de favelas que diminuiu na cidade, mas, sim, as áreas denominadas como tal. O menor conglomerado, Higienópolis, abrigava três famílias e foi extinto. Na comparação entre os dois momentos, favelas com baixo número de habitantes já não existem mais. As maiores, porém, permanecem praticamente da mesma forma.

Em 1996, a maior e mais antiga delas (da década de 1980), Vila Barros, tinha 360 famílias. Hoje, passados quase duas décadas, conforme a Defesa Civil, ela ainda continua sendo a maior, porém com 320 domicílios, o que significaria uma redução de 12%. A favela conhecida por Argolo Ferrão, uma das mais recentes, é a segunda maior. São 201 casas e quase mil habitantes, em sua maioria, mulheres<sup>8</sup>.

---

7 Pesquisa coordenada pelo prof. Dr. Edemir de Carvalho, parte do projeto “Geografia do Crime”, apoiado pela FAPESP, Programa de Políticas Públicas. Relatório. In: [http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/edemir/projeto\\_edemir.pdf](http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/edemir/projeto_edemir.pdf)

8Na Vila Barros, além da falta de aulas nas escolas do bairro no período noturno e precariedade no atendimento público à saúde, a falta de saneamento básico e infraestrutura é o que mais incomodava os moradores em 2007. Na favela Argolo Ferrão as reclamações dos moradores são a falta de coleta de lixo, asfalto, falta de remédios no posto de saúde do bairro e ainda frequente vazamento de água nas ruas. Em outra favela, Tófoli, a falta de galerias para escoamento de águas pluviais e o esgoto que corre a céu aberto faz com que diversas casas sejam

O importante é que uma pesquisa sobre a qualidade de vida dos moradores da cidade<sup>9</sup> – subprojeto do Programa de Políticas Públicas da FAPESP, sob a responsabilidade de um pesquisador do GUTO –, encontrou carência de equipamentos e serviços urbanos, justamente nos espaços ocupados por pessoas de baixas condições econômicas, população que mais necessita de políticas públicas. Isso confirma as asserções de Jacobi (1990) e Zaluar (1991), ao afirmarem que os espaços ocupados por famílias com melhores rendimentos são sempre os mais bem atendidos. Portanto, a desigual distribuição dos serviços perpetua as desigualdades econômicas de diferenciação social no espaço urbano. Entretanto, a simples presença de equipamentos urbanos (infraestrutura e serviços) não é garantia de satisfação das necessidades ou mesmo de boa qualidade de vida, um conceito muito amplo e que abrange uma gama de fatores socioeconômicos e ambientais.

Essa subjetividade, como mostram alguns pesquisadores de favelas (WACQUANT, 2001), está presente nos constrangimentos sofridos pelos favelados no momento de arrumar um emprego, de fazer uma compra no crediário e até mesmo na entrega da mercadoria adquirida. Em 2009, os moradores da Favela Argolo Ferrão conseguiram alterar o nome do local para Comunidade Maria Mãe da Divina Providência, com o claro objetivo de eliminar o estigma que a condição de favelado lhes imputava. O relatório das Nações Unidas<sup>10</sup> mostrou que, viver em favela no Rio de Janeiro, constituía barreira maior do que ser negro ou mulher na hora de conseguir um emprego, “uma descoberta que confirma que “onde se mora importa” quando se fala em saúde, educação e emprego.

Em contrapartida, há um sentimento de territorialidade muito forte em seus moradores, captado em ampla pesquisa-intervenção realizada pelo GUTO. Para os moradores da favela Argolo Ferrão, embora a maioria (66%) tenha admitido desejo de mudar, a indicação dos locais para onde se mudariam reforça a hipótese de relação afetiva

---

invasão das águas das chuvas misturadas aos dejetos. A falta de escolas no bairro foi outro problema apontado pelos moradores do jardim Santa Paula. No jardim Universitário, além da invasão das águas das chuvas, grande parte dos moradores se mostraram insatisfeitos com o sistema de saúde. No Santa Antonieta, os moradores na favela conviviam com o medo, motivado pela proximidade de uma rede de alta tensão, além da convivência com animais peçonhentos provenientes do mato. A situação vivida por cerca de 50 famílias que moram na favela da Vila Altaneira eram as deficiências nos serviços de saneamento básico e saúde. Já na favela do Parque Nova Almeida, o problema mais citado foi a iluminação precária e mato alto. O problema de todas, entretanto, é a falta de coleta de lixo.

9 Alam Gualberto Teixeira realizou essa pesquisa dentro das atividades de apoio FAPESP (Bolsa Treinamento Técnico - 2001/2004) e os resultados compõem o relatório final, impresso, entregue ao final da vigência do auxílio. As informações citadas neste projeto podem ser encontradas no relatório de pesquisa da coordenadora, Sueli Andruccioli Felix, em <http://www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm>.

10 Idem <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u54155.shtml>, retirado em 30/09/2014, publicado em 16/06/2006.

com o espaço de residência: cerca de 24% permaneceriam nas imediações (Região do Argolo Ferrão, 13%; Vila Jardim, 5% e Alto Cafezal, 5%). Apenas 17% desejariam mudar para bairros mais distantes como Nova Marília (12%), Santa Antonieta (4%) e Figueirinha (1%). Mudar-se para longe é o que desejavam menos de ¼ de todos os moradores da favela Argolo Ferrão. Desse total, sair de Marília ainda é a hipótese menos considerada: 6% (FELIX, 2009)<sup>11</sup>.

Como lembra Tuan (1980a), a segregação, quando não é imposta pelo Estado, apresenta uma característica dual: ao melhorar de vida, os novos “bem-sucedidos” teriam oportunidade de sair da favela, mas nem sempre o fazem, temendo desajustes ou pressões sociais. Em certo sentido, a favela, o gueto também os protegem, abrigam e criam identidades. Essa relação afetiva, o sentimento de territorialidade que Tuan (1980a) denominou “topofilia” – elo afetivo entre o sujeito e o espaço, e entre o sujeito e os demais sujeitos do espaço em questão – é um modo para se compreender a favela de maneira mais completa, diferente do que, via de regra, desejam o Estado e/ou o mercado imobiliário ao promoverem a remoção de favelados, desconsiderando a rede de relações tecidas pelos seus moradores, ao “contornar a condição de grave pauperização que, muitas vezes, se traduz na reivindicação de políticas públicas que atenuem as dificuldades de moradia e saneamento básico, mobilidade e acesso aos bens urbanos – escola, saúde e emprego” (CARVALHO, 2007, p. 48).

Seguindo as tendências sugeridas por Tuan (1980), Souza (2008), Bauman (2005) e Giddens (2000), o comportamento segregacionista das novas elites, representado por um inevitável distanciamento dos compromissos que, num passado não muito distante mantinham com seu *populus* local, e a distância entre os espaços das elites separatistas e dos que foram deixados para trás (BAUMAN, 2009, p. 28), parecem traçar as mais significativas tendências sociais, culturais e políticas associadas às transformações recentes nas cidades. Essa tendência consiste na estreita interação entre as pressões econômicas – a concorrência do mercado de trabalho, a indústria imobiliária, as empresas de segurança privada, o uso político e midiático da pobreza – e o modo como as identidades locais são negociadas, modeladas e remodeladas, o que implica na desvirtuação da função essencial da cidade: a celebração da diferença. Num ambiente em que as pessoas são atormentadas por querelas sociais, com baixo acesso às instituições públicas e meios econômicos, bombardeadas por

---

<sup>11</sup>FELIX, S. A. (2009). Deterioração sócioespacial e a participação dos “sujeitos” e do Estado na prevenção à violência e à criminalidade, Relatório de Pesquisa In <http://www.levs.marilia.unesp.br/cnpq/index.htm>

notícias diárias de violência, crime, desgraças ambientais, doenças etc., todo “visitante” (TUAN, 1980) é suspeito, especialmente quando carrega o *estereotipo do marginal*.

Por outro lado, os que foram deixados para trás na ausência de condições financeiras satisfatórias, não podem usufruir das mesmas benesses do rico, nem ao menos de um espaço de qualidade para moradia e convívio, e não desfrutam, portanto, de espaços públicos dignos para a construção de suas sociabilidades, de boa infraestrutura (transportes, rede de esgoto, assistência de saúde etc.) e demais políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento educacional, econômico e social. Desse modo, a cidade acaba por se distanciar cada vez mais da cidade solidária, dilacerando as relações locais – de cidadãos, passamos a segregadores e/ou consumidores dos aparatos materiais que perpetuam essa lógica.

Essa nova distribuição física da população no meio urbano transformou e continua transformando os seus diferentes espaços. Estes se alteraram, assumem novas e diversificadas funções, valorizaram-se ou desvalorizaram uns em detrimento de outros. A cidade tem formas típicas e dinâmicas de ocupação do espaço: os bairros mudam de função em curto espaço de tempo (passam de residencial a comercial e vice-versa), ao mesmo tempo em que surgem outros bairros para cumprir novas funções que se modificam em seguida.

Em Marília, dois bairros são ilustrativos desse processo de transformação: o primeiro a se transformar foi o bairro Salgado Filho, originariamente abrigava a classe alta da cidade em suas mansões e seguranças particulares. No final da década de 70 os moradores começaram a se transferir para a Zona Leste, mais especificamente para os bairros Tangará e Maria Izabel, e suas antigas mansões foram se transformando em clínicas médicas. Enquanto o bairro Tangará surgia como um novo e pujante local de moradia dos mais ricos, o bairro Maria Izabel também seguia o mesmo processo de ocupação da classe média e alta, com o loteamento de partes da Fazenda Cascata e também pela demolição de casas antigas, cujos moradores cederam à especulação imobiliária. Atualmente, o bairro Maria Izabel ainda se mantém predominantemente residencial, mas o Tangará está passando pelo mesmo processo de mudança de função: de residencial de classe média e alta, para comercial com estabelecimentos luxuosos.

Delicato (2004) e Félix (1996) destacam outra transformação geográfica importante em Marília: os deslocamentos populacionais ocorridos na década de 1960, da antiga “zona do meretrício”, nas proximidades da Igreja de Santo Antônio, no bairro popularmente

chamado de Morro do Querosene, para a região posterior ao cemitério. Segundo os pesquisadores, essa transposição do meretrício promoveu alterações significativas nas duas áreas: a de saída e a de recepção das novas moradoras. Na primeira, região da Igreja, muitas casas se transformaram em cortiços, tanto pelo tamanho das construções com diversos cômodos, quanto pela natural e conseqüente desvalorização imobiliária. A região da nova zona do meretrício, até então uma área totalmente desabitada e isolada geograficamente da cidade, ganhou vida com esse tipo específico e particular de moradores e frequentadores, especialmente no período noturno.

A primeira região, embora desvalorizada e degradada, manteve e ainda mantém a sua ocupação com moradores de classes sociais mais baixas, apenas trocando boa parte dos seus moradores, por ocasião da ocupação do Núcleo Habitacional Nova Marília no início da década de 1980. Este núcleo habitacional, composto inicialmente de 3.000 casas, está localizado no extremo Sul da cidade, e recebeu em poucas semanas mais de 10% da população à época (pouco mais de 100 mil habitantes e menos de 25 mil edificações). Contam os moradores do bairro “Querosene” que na época houve queima de fogos em comemoração à saída de vizinhos de conduta pouco aprovada.

Com a mudança de função do espaço, muda o habitante, muda a forma de percepção e organização espacial e a própria dinâmica produtiva da cidade.

## **Considerações finais**

A cidade, percebida como celebração da diferença, como uma próspera área de experiências e aprendizagens e como um meio no qual a totalidade da vida moderna se compõe e adquire significados, está ameaçada.

Atualmente, o processo de transferência da classe média ocorre em direção aos condomínios fechados e o mercado imobiliário se farta com a exploração dessa “nova onda” habitacional. Ao mesmo tempo em que cresce o número de pessoas vivendo em fortalezas privadas, com boa infraestrutura, serviços, entretenimento e segurança ocorre o aumento das moradias subnormais, localizadas em áreas com condições precárias de saneamento básico, infraestrutura, saúde, educação, assistência social, segurança, carente de todo tipo de suporte estatal para o bem-estar.

Notamos com este breve recorte da realidade de Marília/SP que o espaço urbano

engendrado e determinado pelas bases do modo de produção capitalista causa efeitos colaterais preocupantes para a construção de uma cidade mais justa e solidária. Enquanto, o espaço urbano for tratado como mercadoria e os agentes públicos se portarem como agentes privados a desigualdade irá se perpetuar e até mesmo acentuar-se. E enquanto o Estado seguir cumprindo seu papel de agente regulador do espaço tendo por base à lógica “demanda-lucro” a situação tende a ser pior.

Por outro lado, atualmente, assistimos a um processo de conscientização e de luta dos “grupos sociais excluídos” por acesso a espaços mais dignos de habitação e infraestrutura, apesar da constante tentativa – de alguns setores midiáticos e de proprietários fundiários e industriais – de criminalizar e desmerecer esta luta, bem como a reivindicação cada vez maior de segmentos sociais e políticos por uma democracia mais participativa e políticas públicas mais efetivas em termos de habitação, mobilidade, infraestrutura e entretenimento urbanos.

### **Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Trad. Eliana Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 1ª ED. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação**. São Paulo, Aldeia Global Editora, 1979.

FÉLIX, Sueli Andruccioli. **A “geografia do crime” urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília**. Rio Claro: UNESP-IGCE, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolado**. O que a globalização está fazendo de nós. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 6º ed. São Paulo: Record, 1999.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. In: **Espaço & Debates**, n.7, p. 53-69. 1990.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

LOGAN, R. John e MOLOTCH, H. L. **Urban Fortunes: The Political Economy Of Places**. Los Angeles, University Of California Press, 1987.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia**. Trad. Livia de Oliveira. Ed Unesp, 1980

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil**. In: O Processo de Urbanização no Brasil, DÉAK C. e SCHIFFER, S. R (orgs), São Paulo, Edusp, 1999, p. 172-243.

## **Endereços eletrônicos**

Gestão Urbana do Trabalho Organizado e Laboratório de Estudos da Violência e da Segurança.

<http://www.levs.marilia.unesp.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<http://www.ibge.gov.br>